



## Educação ambiental intercultural no Estado do Acre, Amazônia Brasileira

Heitor Queiroz Medeiros\* e Michèle Tomoko Sato

Universidade Católica Dom Bosco, Av. Tamandaré, 6000, 79117-900, Jardim Seminário, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. \*Autor para correspondência. E-mail: [medeiros.heitor@gmail.com](mailto:medeiros.heitor@gmail.com)

**RESUMO.** O Estado do Acre é o lugar onde intensas lutas foram travadas para garantir a vida dos povos da floresta, os quais têm uma cultura própria e conhecimento profundo do ambiente onde vivem, contra a hegemonia de um paradigma dominante de uma sociedade hegemônica e excludente. Os indígenas, seringueiros e ribeirinhos, organizados e mobilizados por uma causa de vida ou morte, têm muito que ensinar à sociedade, gerando amplas repercussões e transformações nas formas de pensar e agir. Conhecendo a história de seu povo e o seu rico ambiente, é possível se pensar um cardápio próprio para ser desenvolvido no Acre. Vêm sendo desenvolvidas, no Estado, algumas iniciativas bastante interessantes no sentido da busca de uma convivência harmônica entre gente e natureza, valorizando os conhecimentos e as trajetórias de vida, numa perspectiva de envolver o educando para protagonizar o seu processo de aprendizagem, na tentativa de emancipação e mudança/fortalecimento de uma concepção de relação entre pessoas e com o ambiente, que poderá contribuir para um futuro mais promissor.

**Palavras-chave:** educação ambiental, povos da floresta, sustentabilidade.

### Intercultural and environmental education in the State of Acre, Brazilian Amazônia

**ABSTRACT.** The State of Acre in the Brazilian Amazon is the locus where intense fights were carried out to guarantee the life of forest peoples. These populations have their own culture and a deep knowledge of the environment in which they live, against the dominant paradigm of a hegemonic and excluding society. Indigenous peoples, rubber extractors and riverine population, organized and mobilized by a life or death cause, have much to teach society, providing wide repercussions in the ways of thinking and acting. Knowing the history of the people and their rich environment, it is possible to think an agenda to be developed in Acre. Some very interesting initiatives have been developed in the state for a harmonious conviviality between people and nature, through the valorization of knowledge and life trajectories. It is a perspective to involve people to be subjects of their own learning process, within the emancipation and empowerment for a relationship between peoples and the environment. Such conviviality will surely contribute towards a more promising future.

**Keywords:** environmental education, forest people, sustainability.

### Introdução

A palavra disciplina encerra dois sentidos etimológicos: um de delimitação da área do conhecimento, caracterizada pelas ofertas nos sistemas escolarizados, implica em matérias, conteúdos programáticos e currículos do conhecimento tradicionalmente implementados em espaços escolarizados da educação. Outro sentido da palavra 'disciplina' incorpora o comportamento rigoroso, atencioso e que talvez 'não ofereça problemas ao professor', principalmente se o sistema for hierárquico e com mais deveres do que direitos.

Recentes estudos literários têm dado preferência à multirreferencialidade, com abandono da interdisciplinaridade, pois reconhecem que para além de um conhecimento científico, postos nos

sistemas universitários, há que se resgatar as múltiplas referências existentes, acolhendo vários conhecimentos universais e locais. Sem negligenciar os campos de poder que se estabelecem quando tais saberes se cruzam, sejam científicos, ideológicos ou de valores, acolhem as interferências que daí possam advir estabelecendo a inter-referencialidade de um sistema de aprendizagem coletivo (SATO et al., 2005a).

Para além do consenso ingênuo que mascara as diferenças, compreendemos os sistemas de conflito e, no caso específico da educação ambiental, a mediação pedagógica torna-se fundamental. Acreditamos, desta maneira, que a mediação possa ocorrer transcendente às tradicionais disciplinas, podendo ser também chamada como 'cardápios ambientais'.

Ter esse olhar é fugir da esmagadora globalização

[...] projetada na homogeneização da solidariedade absoluta entre todos os povos, da eliminação das diferenças e da pulsação que segrega o local do global. A mudança de uma sobrevivência predatória a uma vida ética requer instrumentos e educação ainda em plena construção local. Isso não implica, entretanto, desprezar a cidadania planetária, mas antes, institui-se o desafio de sermos realmente justos em construir a requerida cidadania local (SATO, 2005b, p. 41).

Buscamos em Paulo Freire o oferecimento de cardápios naquilo que ele considerava como exigência transformadora de uma era. Se assumirmos uma posição mais progressista, não teremos alternativa senão encarná-la e ousar transformações em tempos de mudanças ou nas mudanças de uma época. Estudar em processos formativos escolarizados ou popularmente, torna-se um ato revolucionário.

A proposta de cardápio em educação ambiental

[...] apresenta-se como uma oportunidade de proporcionar um amplo leque de escolhas, de atividades e temas variados, suficientes para atender à 'fome de saberes' dos diversos educandos (TONSO, 2005).

Mais do que os conteúdos, que devem ser contextualizados e biorregionalizados, levar em consideração o método é fundamental, devendo possibilitar a construção do conhecimento, pelo educando, num diálogo crítico e criativo com as informações e a realidade, valorizando os saberes amadurecidos na sua trajetória de vida. Além disso, é importante buscar integrar os diversos conhecimentos, locais ou universais, desenvolvendo táticas que possibilitem a formação de um espírito crítico que ouse a emancipação e o empoderamento político.

Não engessar a formação é uma atitude política, na medida em que, desta forma, afirma-se a IDENTIDADE e DIVERSIDADE, acentua-se a posição de que somos todos diferentes e que a diferença não é um problema, muito pelo contrário, é uma característica que deve ser valorizada, incentivando que cada educando busque os itens que lhe sejam mais apropriados, incentivando-o na construção de sua AUTONOMIA (TONSO, 2005, p. 53).

A homogeneização da educação leva a uma reprodução dessa sociedade predominante, à manutenção do *status quo* e à garantia de que as informações que interessam ao projeto dominante de sociedade sejam repassadas e que as pessoas sejam formatadas para servirem ao sistema. A prática

educativa corrente, ou seja, programas de formação estruturados em 'grades' e 'disciplinas' têm a característica de engessar o processo de formação, considerando os educandos como uma mesma massa uniforme, com os mesmos desejos e lacunas, ou seja, ao contrário da proposta de cardápio, seria um 'prato feito' (TONSO, 2005).

Essa educação massificadora, que na verdade é de enquadramento das mentes, impossibilita ou reduz sensivelmente as transformações sociais, que poderiam ser levadas a cabo por pessoas protagonistas e capazes de construir realidades que sirvam para as suas vidas não homogeneizadas.

Para uma melhor compreensão de como seria desenvolver cardápios em educação ambiental no Acre, é importante conhecer o contexto no qual está mergulhado o Estado. Assim, apresenta-se a seguir uma síntese da caracterização do ambiente do Acre e da trajetória histórica de seu povo, tendo como referência bibliográfica principal a Revista dos Povos da Floresta.

#### **Acre: conhecendo o seu ambiente, a sua cultura e a sua trajetória histórica**

O Estado do Acre, localizado no extremo oeste do território brasileiro, faz divisa com os Estados do Amazonas, ao Norte, e Rondônia a Leste, e tem a sua fronteira com a Bolívia, a Sudeste, e com o Peru, a Sudoeste.

O Acre é banhado pelos rios Acre, Acuriã, Amônia, Aparição, Breu, Caeté, Caipora, Chandless, Envira, Embirá, Gregório, Grajaú, Humaitá, Iaco, Jurupari, Juruá, Juruá-Mirim, Ouro Preto, das Minas, Moa, Muru, Natal, Paraná dos Mouras, Paratari, Purus, São Luiz, São João, Tarauacá, Tejo, Valparaíso e Xapuri. Praticamente todos cortam o Estado no sentido transversal, dificultando a mobilidade no interior do Estado. Provavelmente por isso, e pela dificuldade de abertura de estradas, hoje o Estado do Acre tem quase 90% de suas florestas preservadas, pois o 'progresso' não teve facilidade em adentrar em seu território.

Os primeiros humanos a habitarem a floresta, onde se denomina Estado do Acre, foram as populações indígenas, sendo que hoje ainda estão presentes 13 etnias, a saber: Arara, Ashaninca, Kaxinauá, Jaminawá, Kampa, Katukina, Kaxarari, Kulina, Machineri, Nukuini, Nawa, Poyanawá e Shanenawa. (SOUZA, 2002).

O Estado do Acre teve o seu território ocupado há mais de um século por migrantes de origem nordestina que vieram ser seringueiros, e, anteriormente, por diferentes povos indígenas, mesmo antes de ter sido conhecido como Acre ou constituindo-se como um Estado da Federação. O Acre possui uma superfície de

152.581,388 km<sup>2</sup> correspondente a 3,9% da Amazônia brasileira e a 1,8% do território nacional, sendo um dos Estados menos populosos, com 5.558.526 habitantes (IBGE, 2000).

Os povos da floresta secularmente vêm utilizando seu vasto conhecimento da floresta para dela tirar seu sustento e sua forma de viver, desde comida, moradia, roupa, sua crença, seus rituais místicos e profanos, portanto, seus alimentos físicos e espirituais, oferecidos e tirados da floresta através do extrativismo, como mostra a sabedoria dos povos indígenas e dos seringueiros.

A tecnologia extrativista dessas populações, segundo os antropólogos Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Barbosa de Almeida,

[...] é conservacionista, não no sentido de colocar acima de tudo a preservação da natureza como um fim em si mesmo (embora haja muito mérito nesse alvo específico), mas por entender a conservação como requisito para manter a produtividade da natureza ao longo do tempo (BRASIL, 2003, p. 70).

A vida do seringueiro acontece intimamente ligada à floresta. O seringal é constituído por colocações. Cada colocação é cuidada por um seringueiro ou sua família. Em sua colocação, o seringueiro tem a 'estrada de seringa' que é, além do caminho para o trabalho, o espaço para o relacionamento com a floresta. Ser seringueiro significa ter um relacionamento com a floresta. Um seringal não é uma grande extensão de terra árida, e sim, uma grande extensão de terra com floresta, pois para os seringueiros a terra é o que menos importa, o mais importante é a floresta, de onde ele retira o seu sustento. Cada colocação tem um nome, cada estrada de seringa tem um nome.

É uma relação com o território, com o espaço, com as formas de vida que ocorrem nesse espaço e no tempo. No passado, o tempo do seringueiro era regulado pelos ciclos da natureza: a época das chuvas ou inverno, a época das secas ou verão, período certo para colher o látex, época de caça. Tudo isso é 'ciência' na vida no seringal.

Há um saber local expressivo destes povos, que embora não seja científico, busca compreender os fenômenos do mundo. São símbolos e significados para interpretar a vida. Sua ligação mítica com a floresta reflete-se nas lendas, que representam momentos mágicos da vida ribeirinha, emergindo nos festejos, como a lenda do boto, as histórias fascinantes da cobra-grande e das Iaras, os redemoinhos sem fim, ou as miragens de lagos que desaparecem de uma hora para outra. Há um universo simbólico pulsante nesta imensidão acreana que a segregação urbana talvez não compreenda.

Entretanto, suas histórias e narrativas revelam a intrínseca relação da natureza com a sociedade, misturada na dor da labuta ou no sorriso de suas festas. A sociedade acreana, embora seja composta por indígenas, por descendentes de nordestinos, por sírio-libaneses e por migrantes de todas as regiões do Brasil, apresenta uma forte identificação sociocultural.

A moradia tradicional reflete essa íntima relação do seringueiro com a floresta. A casa tradicional do seringueiro é feita de paxiúba (palmeira nativa na floresta) e é coberta de palha de jaci, uricuri, jarina e ubim. Ela é ecológica e simboliza a adaptação do nordestino ao ambiente da floresta tropical úmida, feita com material da própria floresta com vãos e distantes da terra para que haja ventilação, evitando a umidade excessiva.

### **A história do Acre representa a luta de um povo inquieto e resistente**

Os seringueiros, migrantes oriundos do Nordeste brasileiro, aportaram no Acre a partir da segunda metade do século XIX. Foram trazidos para produzir a borracha a partir de um leite branco nominado de látex, extraído da *Hevea brasiliensis*, conhecida popularmente por seringueira, com grande valor econômico no mercado internacional naquele momento. O objetivo era atender as indústrias, principalmente a bélica e a automobilística dos países europeus e dos Estados Unidos, no processo de avanço da industrialização.

De acordo com (GONÇALVES, 1999), o Acre foi palco de intensa movimentação econômica gerada pelo extrativismo vegetal que teve dois momentos de apogeu: o primeiro, no final do século XIX (a partir de 1860 milhares de homens brancos subiram os rios para estabelecer imensos seringais em suas margens) e o outro, durante a Segunda Guerra Mundial (1936-1945), para novamente entrar em decadência e agonizar até o final da década de 1960.

Os seringueiros nordestinos, quando chegaram para trabalhar nos seringais a mando dos seringalistas e respondendo aos interesses dos comerciantes de Manaus e Belém, com a justificativa de alargar os seringais para aumentar a produção de borracha, organizaram grupos para expulsar os índios de suas terras, desalojando estas etnias e dando continuidade ao genocídio.

Para os indígenas – os que mais sofreram com as invasões periódicas de seus territórios –, os invasores eram muitos, provenientes de diferentes regiões e falando línguas diferentes, porém, havia uma coisa entre eles que os tornavam todos iguais: a enorme ganância pela borracha. Em busca dessa riqueza, os

invasores mataram, abriram feridas na floresta, espantaram os animais e trouxeram doenças que os pajés não podiam curar. Milhares de índios morreram.

Com o primeiro ciclo da borracha (de 1880 a 1914) dos senhores das terras da Amazônia sul-ocidental, os povos nativos passaram a configurar obstáculos à exploração da borracha e do caucho e foram vítimas das correrias (expedições armadas para matar as lideranças das aldeias, aprisionar homens para o trabalho escravo e obter mulheres que seriam vendidas aos seringueiros). Os índios passaram a trabalhar nos seringais. Alguns conseguiram escapar, deixando para trás malocas, roçados, cultura, história e mitos, e resistiram ao cerco cada vez maior da nossa civilização, perambulando sem parar pela região das cabeceiras, longe dos brancos (GONÇALVES, 1999).

O Acre teve uma história curiosa de consolidação de seu território. Tratava-se de uma terra que pertenceu à Bolívia, mas na qual viviam brasileiros. Quando esse pedaço de terra passou a ser arrendado para um grupo de capitalistas europeus e norte-americanos, interessados na exploração da borracha (Bolivian Syndicate), logo alguns brasileiros decidiram contestar a administração estrangeira daquele território.

Assim, em maio de 1899 ocorria a Primeira Insurreição Acreana, quando os bolivianos foram pela primeira vez expulsos de Puerto Alonso, povoado situado à beira do rio Acre. Nesse momento, Luiz Galvez, espanhol de nascimento, mas cidadão do mundo, por vocação, chegou de Manaus ao Acre. Galvez e os brasileiros proclamaram o 'Estado Independente do Acre' em 1899. Foram oito meses de governo do Presidente Galvez. Entretanto, esse novo Estado não foi reconhecido e o presidente do Brasil na época, Campos Sales, enviou três navios da marinha brasileira para prender Galvez e devolver aquelas terras à Bolívia, ainda que os jornais das principais cidades brasileiras denunciassem o absurdo da situação de exploração que assolava aquela região.

Os 'revolucionários' brasileiros mantiveram-se mobilizados e em constante atitude de confronto. O governo do Amazonas, mesmo contra a vontade federal, continuava apoiando a luta acreana e financiou a 'Expedição dos Poetas', poderosa em ideais e frágil em combate, cujo maior legado foi manter viva a luta contra a dominação boliviana.

Em 1902, a notícia da constituição do Sindicato Boliviano teve forte reação da opinião pública nacional, uma vez que essa companhia comercial de capital anglo-americano estava arrendando o Acre, por 20 anos, com amplos poderes territoriais,

militares e alfandegários e, no contrato com a Bolívia estava prevista também a livre navegação internacional dos rios amazônicos, o que feria totalmente a soberania brasileira sobre a Amazônia.

Foi deflagrada então, naquele mesmo ano, uma guerra em Xapuri que durou seis meses, resultando na expulsão mais uma vez dos bolivianos e na proclamação do Estado Independente do Acre. Tãmanha foi a pressão nacional que Rodrigues Alves, então presidente, teve que reverter a posição oficial brasileira, estabelecendo negociações que culminaram com a assinatura do Tratado de Petrópolis, possibilitando que o Acre fosse anexado ao Brasil, finalmente, em 1903 (SOUZA, 2002).

Logo, em 1904, o governo brasileiro tornou o Acre o primeiro Território Federal da história brasileira, o qual seria administrado diretamente pela Presidência da República, visando à canalização dos recursos provenientes da borracha (impostos) para os cofres da União, significando tutela e dependência da sociedade acreana pelo poder executivo federal.

Começava assim uma nova etapa de lutas da sociedade acreana, agora não mais contra estrangeiros, mas contra o governo de seu próprio país. Várias revoltas autonomistas ocorreram. A sociedade acreana viveu um dos períodos mais difíceis de sua história, sendo que os anos de 1920 foram marcados pela completa decadência econômica provocada pela baixa dos preços internacionais da borracha. Os seringais acreanos entraram em falência devido à oferta da borracha da Malásia no mercado, resultado da biopirataria dos ingleses, que levaram sementes de seringueiras da Amazônia para a Malásia.

Impulsionados pelas necessidades, os seringueiros passaram a explorar outros recursos da floresta, além do látex, tendo início a prática de uma agricultura de subsistência, intensificação da colheita e exportação da castanha e o crescimento do comércio de peles de animais silvestres.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a ocupação dos seringais da Malásia pelos Japoneses, que lutavam ao lado da Alemanha e da Itália, contra os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, os seringais no Estado do Acre voltaram a ter um novo surto econômico, pois passaram a produzir novamente, para os países aliados, a matéria-prima principal para a guerra: a borracha.

Naquela época, uma nova leva de milhares de famílias nordestinas chegou ao Acre, repovoando os seringais e constituindo o Segundo Ciclo da Borracha. Chamados de 'soldados da borracha', homens e mulheres, aproximadamente 55.000 pessoas, transferiram-se de Estados nordestinos para

a Amazônia, principalmente para o Acre, a fim de integrarem a contribuição brasileira aos aliados, na produção da borracha necessária e indispensável à guerra naquele período (SOUZA, 2002).

Os nordestinos passaram a conviver com a floresta na intensa labuta da coleta do látex, o qual deveria ser entregue todo ao patrão, que mantinha os seringueiros em condição praticamente de escravidão ou semiescravidão, pois eles viviam endividados pela compra de mantimentos do barracão do seringal.

Proibidos de fazer seus roçados e de se dedicar a outras atividades diferentes que a de extrair o látex, caçavam eventualmente e passaram a aprender a viver na e da floresta.

Finalmente, em 1962, os acreanos conseguiram, por meio de uma longa batalha legislativa, passar o Acre de Território a Estado. Foram 58 anos de resistência, entre 1904 e 1962 até que o movimento autonomista finalmente conquistasse para os acreanos os mesmos direitos básicos e essenciais de qualquer cidadão brasileiro.

A partir da década de 1970, os falidos seringalistas tornaram-se alvo fácil dos pecuaristas do Centro-Sul do país, que investiram na compra de terras para a criação de gado e na exploração de madeira nos anos de 1970 e 1980, expulsando milhares de seringueiros da mata, iniciando um ciclo frenético de apetite voraz e insaciável de cada vez mais desmatamentos para a consolidação de fazendas de gado (GONÇALVES, 1999).

Essa ‘invasão dos paulistas’, como eram denominados genericamente os imigrantes do Sul do país, em busca de terras fartas e baratas, abriu caminho para um sem número de grileiros e especuladores. Essa mudança de cenário aconteceu graças ao estímulo do governo brasileiro para uma nova ocupação da Amazônia, utilizando-se do discurso de ‘integrar para não entregar’, visando ao ‘progresso econômico’ da região, com grandes projetos madeireiros, agropecuários e de mineração, e contando para isso com financiamento internacional e incentivos fiscais em nome de uma pretensa defesa da soberania brasileira.

Circunscrita num campo político de construção da cidadania, a educação ambiental tem o grande desafio de refletir sobre o significado político e conceitual da frase que trazia enormes modificações no campo migratório da década de 1970, e oferecer uma guinada político-conceitual para o desafio deste século: ‘Integrar a democracia para não entregar a esperança’.

Encontramos obstáculos, certamente, diante da realidade assustadora para os povos da floresta: índios, seringueiros, ribeirinhos e colonos viram de

repente suas terras sendo invadidas e devastadas em nome de um novo tipo de progresso que transformava a floresta em terra arrasada. A política que previa o crescimento econômico com a derrubada da floresta para a transformação em pasto e criação de bois expulsou centenas de famílias de suas terras, obrigando o seringueiro a procurar, nas periferias das cidades, um sustento que antes era obtido na floresta.

A partir de 1975, as populações tradicionais da floresta começam a se organizar e a desenvolver diferentes estratégias de resistência. Foram fundados os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais. A Igreja deu importante força aos movimentos sociais ao apoiar cursos em que se discutia a formação e objetivos dos sindicatos, e também começou a denunciar os primeiros crimes contra os seringueiros. A Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) chegou ao Acre em 1975 por causa dessa pressão.

A expansão da frente agropecuária e de madeiras foi acompanhada de uma série de problemas graves como os conflitos pelo acesso a terra e outros recursos naturais, a exploração calamitosa da natureza, bem como o crescimento desordenado das cidades.

Em 1976, os seringueiros criaram a sua mais poderosa forma de luta – o empate – protagonizando a reinvenção da resistência popular na floresta. Para empatar a derrubada de um seringal, os extrativistas juntavam suas famílias e colocavam-se como barreiras humanas para impedir a ação dos tratores e das motosserras. Nem sempre os empates eram bem sucedidos, mas certamente significaram um aprendizado incalculável no processo de organização sindical, tomada de consciência da importância da floresta em pé e formulação da proposta da reserva extrativista. As mulheres tiveram participação importante nos movimentos sociais. Hoje é muito claro para todos os grupos de mulheres que a questão ambiental está relacionada ao modo produtivo e que isso tem que ser levado sempre em consideração.

Após terem enfrentado desde o início o autoritarismo e a exploração do seringalista, em regime de escravidão e semiescravidão, os seringueiros passaram a lutar contra grandes fazendeiros para preservar a floresta em pé, fonte de sua sobrevivência, quer extraindo o látex ou coletando castanha.

Uma série de assassinatos de seringueiros ocorreu, entre eles, em 1980, o do líder sindical Wilson Pinheiro. As mortes continuavam, culminando com a de Chico Mendes, em 1988, que causou grande impacto na sociedade acreana e brasileira,

repercutindo inclusive internacionalmente. O movimento ambientalista havia tornado Chico Mendes uma figura pública, conhecida e reconhecida em todo o mundo por sua luta em defesa da floresta e de seus povos. Sua morte desencadeou uma grande pressão sobre os organismos financeiros internacionais, que foram obrigados a rever os critérios de investimentos na Amazônia.

Mais uma vez os acreanos haviam sido obrigados a lutar até a morte para defender sua integridade, seus modos de vida tradicionais, seu direito à cidadania e à autodeterminação (BRASIL, 2003, p. 20).

A luta dos seringueiros pelas reservas extrativistas ecoou mundo afora, contribuindo decisivamente com a incorporação definitiva pelo movimento ambientalista da ligação umbilical entre a defesa da floresta e das sociedades que nela vivem, há dezenas e centenas de anos, ajudando a protegê-la.

A partir de 1986, os empates chamaram a atenção e ganharam apoio fora do Acre. Muitas dessas ações resultaram na desapropriação e na criação de reservas controladas pelos seringueiros. Atualmente, aproximadamente dois milhões de hectares são ocupados por reservas extrativistas, outros dois milhões de hectares foram reconhecidos como áreas indígenas e um milhão de hectares abriga projetos de assentamento agrícola.

Chico Mendes representava um grupo enorme de seringueiros que começava a relacionar a luta pela terra com a questão ecológica. O mártir da floresta teve a habilidade de costurar alianças com diferentes segmentos da sociedade civil, desde técnicos do governo estadual, sensíveis em pensar novas opções econômicas para o uso sustentável da mata, aos ambientalistas de ONGs estrangeiras, sem deixar de lado o envolvimento na política local, por meio de sua militância no Partido dos Trabalhadores.

Com o assassinato de Chico Mendes, em dezembro de 1988, o governo brasileiro foi pressionado por instituições governamentais, não governamentais e intergovernamentais a adotar políticas públicas socioambientais para a Amazônia, onde os índices de desmatamento subiam em escala galopante. Apesar dessas políticas se chocarem com projetos desenvolvimentistas realizados pelos próprios governos federal e estadual, o componente ambiental passa a ser referência obrigatória no processo de formulação de planos econômicos para a região amazônica.

Chico Mendes e seus companheiros compartilhavam de ideias sobre a vida em que estavam incluídos os direitos sociais básicos, novos métodos em educação, a criação de reservas extrativistas, a demarcação de terras indígenas, o

aumento de salários para trabalhadores urbanos e a pesquisa de novos produtos da floresta, entre outros fatores. “Quando Chico Mendes referia-se a esse projeto, todos entendiam e concordavam com a direção, o rumo e a utopia que ali se expressava” (BRASIL, 2003, p. 7).

No plano estadual, o movimento dos extrativistas desembocou num questionamento político de fundo à política tradicional que vinha sendo praticada no Acre desde que fora oficializado como Estado, em 1962, até 1999. A princípio, conduzida por seringalistas e, posteriormente, também por agropecuaristas, a política tradicional, marcada pela violência e corrupção, deu suporte à devastação da mata. Essa exploração predatória

[...] tem muito a ver com a falta de processos democráticos e transparentes de gestão das políticas públicas, que foram sendo ‘privatizadas’ entre determinados grupos políticos e econômicos do estado e de fora, para atender os seus próprios interesses (ACRE, 1999, p. 27).

O projeto de Chico Mendes e seus companheiros incluía não apenas a defesa do meio ambiente, mas a economia, a política, a ética e a cultura, nas formas mais variadas, como são vividas pelos povos da floresta. Essas ideias ultrapassaram fronteiras e influenciaram o pensamento de muita gente mundo afora.

As lutas dos povos da floresta continuam ainda hoje no Acre, principalmente no Vale do Juruá, onde ainda ocorrem sérias questões fundiárias e ambientais, além de inúmeros conflitos sociais e interétnicos, devido às invasões promovidas por madeireiros locais e caçadores profissionais, bem como por grandes madeireiras e narcotraficantes peruanos. Para solucionar esses graves problemas, é urgente a regularização fundiária das terras indígenas e das reservas.

Com o apoio de organizações não governamentais e do próprio governo, a denúncia realizada pelos indígenas nessa região levou representantes dos governos dos dois países a debaterem a possibilidade de implementar uma política binacional de cooperação ambiental na fronteira. As transformações necessárias na região, dinamizadas pela organização social, têm levado a transformações maiores, transcendendo as fronteiras.

### **Educação ambiental no Acre**

No panorama cultural e ambiental do Acre, a degustação antropofágica da floresta parece atingir a sua máxima essência. Neste contexto, a educação ambiental acreana dialoga com a estrutura ecológica

da floresta, com sua biodiversidade e suas complexas interações, com a cultura local, os conhecimentos gerados pelo povo que nela vive e com o conhecimento científico.

Os cardápios de aprendizagem não podem se limitar à questão técnica e objetiva de oferecerem somente informações, mas devem propor atividades que brinquem conosco, que nos tragam a memória da nossa história, que nos alimentem com poesia, que desenvolvam o sentido lúdico, afetivo e estético, enfim, o cardápio deve conter todas as formas que afetem o educando. O cardápio deve também representar a cultura da própria região na qual está inserido. O cardápio deve ajudar o educador a atuar de modo cooperativo, crítico e produtor de autonomia entre seus educandos (TONSO, 2005, p. 54).

As decisões que condicionam as ações sobre o meio quase sempre são antropocêntricas e servem para responder à demanda humana. Nem sempre ações vistas como sustentáveis tiveram uma consciência ambiental como suporte. É importante compreender os processos de vida e, enquanto seres humanos, nos perguntar que repercussões nossas ações vão trazer à vida no lugar. Enquanto nossas decisões forem baseadas em critérios alheios ao sistema onde vai interagir, não pode garantir a sustentabilidade de nossas ações.

É interessante considerarmos que os discursos e ações dos movimentos dos povos da floresta no Acre a favor da questão ambiental, protegendo a floresta, não surgiram de uma consciência ecológica ou de uma ética ambiental, mas da necessidade imposta pelo estilo de vida dos seringueiros, indígenas e ribeirinhos, os quais dependiam diretamente do extrativismo dos recursos da floresta.

De acordo com Mary Allegretti, “[...] o empate não foi feito para impedir o desmatamento da floresta, mas como meio de garantir o direito de posse” (ALLEGRETTI, 2002, p. 244). Quando perceberam a dificuldade para abandonar o extrativismo, atividade herdada dos pais, e optar pela agricultura, passaram a defender a ‘posse da colocação’, o espaço real de vida do seringueiro e, por extensão, a posse da floresta. Nas palavras de Chico Mendes,

[...] a gente foi descobrindo, no avanço da conscientização, que o importante não era fazer acordo com o fazendeiro e ganhar um pedaço de terra. O importante era lutar pela conservação da nossa floresta, pela defesa da seringueira e, finalmente, pela defesa da nossa posse (BRASIL, 2003, p. 26).

É importante que venha à tona a consciência do que significou e significa o estilo de vida dos povos

da floresta, os movimentos de resistência para a defesa dessa forma de viver e procurar criar estratégias e possibilidades de sistemas de produção, ao mesmo tempo eficientes do ponto de vista produtivo, e que não dilapidem os recursos para a vida no planeta. Esse é o grande desafio e a educação ambiental pode contribuir muito para despertar essa consciência.

A educação ambiental para a sustentabilidade deve ter o foco no conhecimento dos processos de vida e para ser emancipadora deve ser reflexiva, crítica e gerar processos criativos para a retroalimentação das intervenções de educação ambiental. Não deve ser impositiva, como uma ‘lavagem cerebral’, mas deve-se pautar em sólidos argumentos, baseados em conhecimentos científicos e populares.

Algumas ousadas iniciativas vêm sendo desenvolvidas no Estado do Acre, na perspectiva acima percorrida. Uma delas diz respeito ao Arboreto, setor do Parque Zoológico, da Universidade Federal do Acre, que desenvolveu, a partir de suas experiências com educação agroflorestal junto a colonos, indígenas e seringueiros, a metodologia de educação agroflorestal, cuja base é a participação das comunidades na construção do conhecimento para a corresponsabilidade na busca da autogestão. Essa metodologia de educação agroflorestal, de caráter construtivista e sociointeracionista, inspirada em Paulo Freire, proporciona a construção do conhecimento por meio de trocas de experiências, ampliação do diálogo e valorização do saber tradicional.

Outra experiência diz respeito à Escola da Floresta, uma proposta do governo do Estado do Acre. Tratando-se de um Centro de Educação Profissional que oferece quatro cursos técnicos na área florestal, agroflorestal, ecoturismo e agroindústria, e busca desenvolver suas atividades numa perspectiva pedagógica fundamentada na formação por competências, em que a formação profissional não é vista como adestramento, mas como uma formação consciente sobre o papel do profissional, sua responsabilidade, suas atitudes e valores, suas habilidades e conhecimentos que alicerçam o seu fazer profissional.

A aprendizagem é contextualizada e deflagrada a partir de situações reais ou de desenvolvimento de projetos, dentro de uma perspectiva de aprender a aprender, dando autonomia aos educandos. Não há uma grade de disciplinas, mas um cardápio, uma série de atividades articuladas nas quais os educandos são convidados a construir o conhecimento, e o papel do educador, identificado na escola como

mediador, é justamente de mediar o processo de ensino/aprendizagem, colocar desafios, estimular o educando no desenvolvimento das competências (PENEIREIRO; FRANCO, 2004).

Como num cardápio de um restaurante, existe uma ordem no oferecimento das iguarias (primeiro uma entrada, depois uma salada, o prato principal e depois a sobremesa), uma atividade que sucede a outra, obedecendo determinada lógica, de forma que apresentam-se vinculadas umas às outras. Por exemplo, na Escola da Floresta, discute-se o que fazer com o resíduo dos alimentos dos alunos no refeitório e automaticamente vem à tona os assuntos como compostagem, que por sua vez, levam à horta, e assim vão aparecendo as oportunidades para desenvolver as competências esperadas, sem que os assuntos estejam desconectados em disciplinas.

Outra iniciativa é a criação da Universidade da Floresta, no Vale do Juruá. Sua proposta ainda está em construção, mas já se avista a possibilidade efetiva de membros da população tradicional participarem do quadro docente, contribuindo com os seus conhecimentos. Ainda que a universidade se pautem em grade de disciplinas, não oferecendo cardápios, o fato de aproximar o conhecimento acadêmico do popular já é um grande avanço quando se trata de quebrar a hierarquia de poder e reconhecer que há outras formas de conhecimento além daquelas oferecidas pela ciência (DIEGUES, 2005).

A Comissão Pró-Índio (CPI-AC) possui uma vivência bastante interessante e contextualizada à realidade acreana, e há 26 anos desenvolve trabalhos nas áreas de educação indígena, formação de professores indígenas, agentes de saúde e agentes agroflorestais, buscando a transformação a partir de uma pedagogia intercultural. Considerados intelectuais indígenas transformadores, eles têm responsabilidades pedagógicas, culturais e políticas e atuam em práticas educacionais, culturais e produtivas, visando à resolução dos problemas de suas comunidades.

As escolas indígenas, também denominadas de Escolas da Floresta, onde atuam esses agentes, é um espaço para a utopia, para o fortalecimento cultural e para o diálogo intercultural (MONTE, 2003). Essas escolas interculturais e bilíngues praticam uma proposta pedagógica e curricular própria, num terreno de luta e conflito com os currículos hegemônicos das escolas urbanas e rurais do país integradas às atuais políticas educacionais dirigidas à população indígena. Os agentes agroflorestais indígenas têm como

[...] objetivo se capacitarem, e a outros, para, a partir de padrões culturais e do diálogo intercultural, formularem estratégias de uso e manejo dos recursos do ambiente e de gestão de seus territórios (MONTE, 2003, p. 27).

Os acreanos e outras sociedades que não querem ser engolidas pelo poder hegemônico da sociedade dominante querem o direito de ser o que são nesse lugar distante dos grandes centros, e têm trazido importantes contribuições no que diz respeito a repensarmos a nossa forma de estar no mundo e sermos no mundo, com o mundo.

As inúmeras recomendações da literatura, entre as mais diretamente relacionadas com a proteção amazônica, revelam que a Educação Ambiental configura-se como uma das mais eficazes trajetórias ao fortalecimento das políticas públicas; de sensibilização e formação da consciência crítica; do fomento à participação em comitês e comissões colegiadas; da produção intelectual e também de materiais educativos; do desenvolvimento de pesquisas e de novas alternativas metodológicas; de transformação de informações científicas em linguagens compreensíveis e da mobilização, capacidade de subversão e valorização da práxis pedagógica como elemento de transformação à sustentabilidade do Acre.

### Considerações finais

O olhar sobre os povos da floresta como indígenas, seringueiros, ribeirinhos e outros, bem como os educadores e educadoras ambientais que atuam especificamente no Estado do Acre, além de ser um privilégio, é também um assumir responsabilidades com o que se olha, se vê e procura entender e interpretar.

No Estado do Acre se construiu uma das maiores experiências em gestão de florestas nativas, por meio de sabedorias dos povos indígenas e seringueiros, tendo consolidada na proposta das reservas extrativistas como modelo possível de conciliação entre unidades de conservação e reforma agrária – proposta conceitualmente revolucionária do ponto de vista da responsabilidade socioambiental efetivamente implantada.

Podemos interpretar à luz de nossas cosmologias, que o Acre é um Estado ‘educador sustentável’ e os educadores e educadoras ambientais que atuam na região ainda não tem a dimensão desse fenômeno que transformou o Estado com o surgimento de Chico Mendes e foi consolidado com a barbárie de seu assassinato em 1988. Após essa tragédia, o Acre passou a representar um ícone do ambientalismo mundial e espelha a expectativa de resistência e sabedoria em proposta do ambientalismo para a conservação da Amazônia e, isto, é um fenômeno que se consolida e dá suporte a processos educativos que extrapolam as divisas do próprio estado, ecoando no ambientalismo do mundo.

**Referências**

- ACRE. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação. **ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico**. Rio Branco, 1999. 1ª Fase – v. I e II.
- ALLEGRETTI, M. H. **A construção social de políticas ambientais** – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros. Brasília: UnB-CDS, 2002.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Coordenação da Amazônia. **Caderno povos da floresta**. Chico Mendes vive!. Brasília, 2003.
- DIEGUES, A. C. S. Sociobiodiversidade. In: FERRARO JR., L. A. (Org.). **Encontros e caminhos**: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 305-311.
- GONÇALVES, J. A. **Levantamento de experiências em Educação Ambiental na Amazônia** - primeiras análises das experiências em Educação Ambiental nos Estado do Acre e Rondônia. Brasília: WWF, 1999.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo**. Brasília, 2000.
- MONTE, N. L. **Novos frutos das escolas da floresta**: registro de práticas de formação. Rio de Janeiro: N. L. Monte, 2003.
- PENEIREIRO, F. M.; FRANCO, M. V. G. Escola da Floresta: uma perspectiva inovadora em educação profissional no acre. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 2., 2004, Indaiatuba. **Anais...** Indaiatuba: ANPPAS, 2004.
- SATO, M. Biorregionalismo: a educação ambiental tecida pelas teorias biorregionais. In: FERRARO JR., L. A. (Org.) **Encontros e caminhos**: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2005a. p. 39-46.
- SATO, M. Sociedades sustentáveis: opção e identidade de uma educadora ambiental. Sociedades Sustentáveis ou Desenvolvimento Sustentável: opções e identidades da Educação Ambiental. In: ENCONTRO DE EDUCADOR@S AMBIENTAIS DE MATO GROSSO, 4., 2005, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental, 2005b. p. 40-42.
- SATO, M.; GAUTHIER, J.; PARIGIPE, L. Insurgência do grupo pesquisador na Educação Ambiental sociopoética. In: SATO, M.; CARVALHO, I. (Org.) **Educação Ambiental** - pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 99-134.
- SOUZA, C. A. A. **História do Acre**: novos temas, nova abordagem. Rio Branco: Edição do autor, 2002.
- TONSO, S. Cardápio de aprendizagem. In: FERRARO JR., L. A. (Org.). **Encontros e caminhos**: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 49-56.

*Received on November 25, 2013.*

*Accepted on December 16, 2013.*

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.